

O COMUNISTA

ORGÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUEZ (S. P. I. C.)

Numero avulso 20 centavos

PROPRIEDADE DO
GRUPO EDITOR "O COMUNISTA"



Redactor principal: J. CARLOS RATES

EDITOR: JOSÉ RODRIGUES

Redacção e Administração
RUA DO CONDE DAS ALTAS, 51 r/o

Composição e Impressão
TRAVESSA DA AGUA DE FLORES, 36 - LISBOA

PARA A HISTORIA

A TENTATIVA DE 10 DE DEZEMBRO

Comunistas e radicais. — Ameaças de ditadura. — A atitude do proletariado

Toda a gente o sabe.

Os radicais republicanos com a cooperação de muitos comunistas tentaram um golpe de mão em Lisboa no dia 10 de Dezembro, com o sentido, evidentemente, de se apoderarem do governo e de dirigirem os destinos do país.

O que querem os republicanos radicais? A execução do seu programa? Dizem-nos que não. O programa da Revolução, informam-nos também, foi improvisado de momento porque, é bom saber-se, na Revolução participavam ainda creaturas estranhas aos partidos, que impunham determinados objectivos e condições. O programa era pois um conjunto de reivindicações das diferentes correntes de opinião interessadas no triunfo do movimento.

Como o Partido Comunista Português não tinha oficialmente sido ouvido nem achado para a conjura, nada podíamos nem tínhamos a propor. Sabedores do que se ia passar, e como agrupamento revolucionário, demos a todos os nossos camaradas filiados a liberdade de acção indispensável para participarem no movimento, com a condição de nos informarem da marcha e desígnios dos iniciadores da conjura.

A democracia não tem possibilidade de salvar-se

As informações colhidas eram pouco precisas. Vagamente se falava na socialização das fábricas e em medidas tendentes a estabelecer a divisa cambial e a embaretecer a vida. De resto, como sempre, muita promessa de moralização na administração pública e de iniciar vida nova.

Nós acreditamos que criaturas como Justiniano Esteves e Santos Monteiro — falamos apenas destes nomes porque eles se apresentaram em publico assumindo as responsabilidades da direcção do movimento — e sejam sinceramente convencidos da possibilidade de salvar ainda a Republica burguesa, a democracia classica dos direitos do Homem e do Cidadão.

Todavia, para nós, uma Republica tal, ainda que bezuntada de radicalismo, nada resolve. Podem os seus dirigentes ser as criaturas melhor intencionadas deste mundo, e até competentes, mas a situação é de tal maneira grave, a crise é tão profunda, que qualquer remedio, contido dentro dos moldes burgueses e democraticos, não é mais do que um prolongamento artificial da vida deste agonizante que é o Estado burguez e democratico. Tudo é vão para salvar o enfermo que extorcionista. Só não vêem isto, ou os pobres de espirito, ou os que tem interesses a defender dentro do actual sistema ou as criaturas dum excessivo otimismo como os srs. Justiniano Esteves, Santos Monteiro e João Manuel de Carvalho. O urso não raciocina só porque lhe vistam uma camisa e um fraque.

Estabelecer a divisa cambial e embaretecer a vida? E' prometer o impossível. Os radicais republicanos correm atraz de miragens enganadoras. A crise actual não se resolve com as meias medidas, com os processos já experimentados. Como o absolu-

tismo e o feudalismo, nos fins do século XVIII, o liberalismo economico e a sua irmã gêmea, a democracia, tem hoje os seus dias contados.

A impotencia dos remedios democraticos

O Afonso Costa não é burro e sorri-lhe a esperança de salvar o doente. Vem cá, tomou-lhe o pulso, abanou a cabeça num ar de desalento e foi-se, com o luto no coração.

O Antonio Maria da Silva não é burro e dispõe duma tenacidade e duma manha politica invulgares. Ele tentou tudo — os empréstimos e os impostos novos. E nada conseguiu. Encontrou a libra a 60 escudos e deixou a a 110. A circulação fiduciaria galgou com ele a 1250.000 contos. A gerencia deste ano economico fecha com um deficit que ultrapassará os 600.000 contos.

O Cunha Leal pode ser tudo o que quiserem mas não é burro, é energico e tem a ambição de representar um grande papel na sociedade portugueza. E ele foi impotente para tudo o mais e não ser para fazer baixar o cambio e aumentar a circulação fiduciaria. O Parlamento torpedeou as suas propostas como se oporá a toda a reforma profunda e duradora. O mal é do sistema. E não querem ver a crise da democracia burguesa! Ela está em plena derrocada, aqui como em toda a parte. E' demasiado tarde para impedir a sua dissolução.

E era desta pesada herança que os radicais republicanos queriam tomar conta. Nós apostamos dobrado contra singelo que em 31 de Julho proximo, se encerrar-se o ano economico, a circulação terá atingido os 2 milhões de contos e adus abaixamento do custo da vida. Temos de ir até ao fim: é uma fatalidade historica.

Mas, sendo assim, perguntará o

leitor, porque é que os comunistas embarcaram no bote dos radicais? E' verdade. Embarcámos e tornaremos a embarcar porque, naturalmente, querendo colher as frutas o não podemos fazer com as bragas enlutas.

Já dissemos que o P. C. P. não tinha sido oficialmente convidado a tomar parte no movimento. Era esta precisamente a situação que nos convinha. Ficávamos com as mãos livres para procedermos depois, oficialmente, como entendessemos. Os organizadores da conjura permitiam-se o direito de dispor da acção e das relações proveitosas dos nossos camaradas, numa tal emergência, e nós raciocinamos como Bonaparte ao levantar o cerco da Mantua para ir ao encontro de Wurmser: — *Ai daquele que tiver calculado mal.*

E assim, no dia 10, tínhamos na tipografia para imprimir e distribuir o seguinte manifesto:

As circunstancias favoraveis aos nossos desígnios

Em que factores materiais e psicologicos, já creados, confiávamos nós para levarmos a nossa audacia a aconselhar a proclamação da Republica Operaria e a querer assumir o pesado encargo de a dirigir?

1.º — A decomposição dos partidos burgueses é extrema. E' uma desagregação profunda e irremediavel. E a melhor prova está ainda nos acontecimentos resultantes da tentativa de 10 de dezembro. O exercito e a marinha estão profundamente desorganizados e indisciplinados. Por outro lado, as forças economicas da burguesia não tem a menos preparação para a resistencia ao assalto revolucionario. Como o exercito, elas entraram a fundo na politica dos partidos. Estão divididas e demoralizadas.

2.º — O povo portuguez, na sua maior parte, é uma massa apatica e indiferente. Quem dominar em Lisboa e Porto, domina o país inteiro. Dezenas de vezes temos constatado isto. A maioria da população é camponesa e a esta dariamos nós, imediatamente, garantias duma melhor situação, entregando-lhe as terras.

3.º — O facto da Revolução triunfante colocaria do nosso lado a organização operaria, hoje subordinada aos anarcos sindicalistas. Os chefes, absolutamente incapazes de enfrentar as soluções immediatas, seriam os primeiros a retirar-se e a submeter-se. A maioria, a quasi totalidade dos militantes, apaixonada pela Revolução, compartilharia conosco os azares da batalha.

Como se vê: nós tínhamos e temos por nós as circunstancias materiais e psicologicas.

Qu ditadura da direita ou ditadura da esquerda

Mas, qual seria o efeito do nosso manifesto?

A audacia faz o triunfo das revoluções. Os exemplos são de todos os dias. E' um ato de audacia que abate Turquinio e o poder dos reis de Roma; é um ato de audacia do povo de Paris que destróe a Bastilha, preludio do aniquilamento do feudalismo e do absolutismo; é um ato de audacia dum comissario naval e de alguns sargentos que faz a Republica em Portugal; é um ato de audacia de alguns revolucionarios e de 70 marinheiros que proclamam a Republica dos Soviets em Petrograd e que inicia para o mundo inteiro uma nova formula social.

Entretanto, não desejavamos que a fortuna nos ajudasse tão repentinamente. A Comissão Central do Partido Comunista — di-lo com a mais inteira segurança e noção de responsabilidade — sabia muito bem o que havia de fazer e não seria por falta de decretos apropriados o adequados que a Revolução deixaria de seguir o seu curso. O que a Comissão Central não podia garantir se era da certeza, ao seguir da probabilidade, de arranjar de um dia para o outro todos os organismos adequados a execução das suas diretrizes politicas e economicas. O interesse revolucionario impunha-se. Queríamos uma situação semelhante

Ao povo explorado, ao proletariado das fabricas, das oficinas, dos transportes e dos campos

Aos trabalhadores intelectuais, aos pequenos proprietarios rurais e caseiros, aos soldados, sargentos e oficiais subalternos

Proclamemos a Republica dos Operarios, dos Camponeses, dos Trabalhadores Intelectuais e dos Soldados

Mais uma tentativa revolucionaria. Trata-se de mais uma experiencia cujos resultados em nada remediarão a desliza das classes operarias, dos trabalhadores intelectuais, dos camponeses pobres e dos soldados. E' indispensavel que este movimento revolucionario se não detenha nas meias medidas dum governo radical.

A situação politica, economica e financeira é absolutamente insolvel desde que se não queira sair para fora dos quadros do democratismo politico e do liberalismo economico. Instituíamos o Governo dos Operarios e dos Camponeses. Por isso todos os operarios devem procurar armar-se e refer em seu poder as armas; ao triunfo definitivo dos objectivos abaixo definidos, assumindo o corpo directivo do P. C. P. a direcção e chefia do movimento.

E assim, temos, como ponto inicial do programa revolucionario, o armamento do proletariado, aproveitando-se os sargentos, e aqueles dos officiais subalternos que, pelas suas condições de vida material precaria e espirito despojado, voluntariamente se prestem a constituir o Exercito Vermelho. As Comunas serão as celulas de recrutamento deste exercito genuinamente proletariano.

O problema politico e administrativo

Tratando-se dum regime novo que sobremaneira interessa aos produtores do braço e do cerebro, toda a organização existente terá de ser profundamente modificada. Em síntese:

A soberania politica da Republica dos Operarios e dos Camponeses reside nas lojas de produção. Só poderão usufruir direitos politicos os trabalhadores manuais e intelectuais, os camponeses pobres que trabalham a terra, os militares ao serviço do regime. Aos que vivem do trabalho alheio não é permitido o exercicio de quaisquer direitos politicos.

Provisoriamente, até á reunião da assembleia popular dos representantes de produtores por concelhos, a gestão suprema dos negocios publicos será confiada a um Conselho de Commissarios do Povo, com a seguinte distribuição de secções administrativas:

Interior
Justiça e segurança publica
Defesa militar
Economia e finanças
Comercio e abastecimentos
Trabalho e seguro social
Transportes e comunicações
Agricultura
Instrução
Higiene publica
Relações exteriores

São suprimidos imediatamente os logares de governadores civis e administradores do concelho. São constituídas juntas de governo revolucionario por distritos e concelhos, compostas de trabalhadores manuais e intelectuais, camponeses e soldados. Estas juntas são os organismos locais de execução da ditadura do proletariado, acumulando poderes executivos e judicarios.



O problema financeiro

A solução do problema financeiro é um problema de maior produção. Produzir mais, eis o objectivo. O Estado proletariano não deixará a sua política financeira por um novo agravamento de impostos. O imposto é, com raras excepções, da natureza endossável. Quem o paga, em definitivo, é o consumidor assalariado que já não tem a quem endossar. Por isso, toda a política de agravamento de impostos se traduz sempre por uma vaga de encarecimento dos produtos. Em geral, os impostos indirectos, recaem sobre os generos da primeira necessidade e sobre as matérias primas para as indústrias. É necessário, ou anulá-los, ou reduzi-los, ou taxá-los momentaneamente. Os impostos de rendimento que recaem sobre o trabalho intelectual ou manual devem ser radicalmente anulados.

- O Estado proletariano vivirá financeiramente:
 - a) Da confiscação dos metais preciosos, das pedras urbanas de rendimento e de determinados valores industriais. Estes valores servirão de base e garantia à emissão duma nova moeda fiduciária.
 - b) Do monopólio das indústrias bancária, do seguro e da moagem e possivelmente de quaisquer outras que haja conveniência económica e possibilidade em nacionalizar.
 - c) Da participação de 66 2/3 % nas empresas industriais, comerciais ou de transportes que empreguem mais de 10 operários ou cujo capital social exceda 20 contos.
 - 1) Das contribuições directas, atenuadas para a pequena propriedade, e impostos sobre quaisquer manifestações de riqueza.
 - 2) Das contribuições do registo e selo.
 - 3) Dum imposto, em espécie ou equivalente, cobrado aos usufrutuários da propriedade rústica.
 - 4) Do imposto da consumo sobre o tabaco e álcool.
 - 5) Dos saldos de serviços com rendimentos próprios, exclusivos e diversos.

O problema económico

Portugal é, como se sabe, um país largamente deficitário. Tendo condições para ser um país agrícola não se basta a si mesmo em produtos derivados da agricultura. A produção industrial está hoje reduzida a 60 % do que era antes da guerra. É indispensável, pois:

- Nacionalizar a grande propriedade rústica, sendo os predios mal aproveitados e entregues à cultura extensiva, distribuídos por famílias de trabalhadores agrícolas. A propriedade rústica afectada pelo absentismo será entregue aos caseiros a título definitivo, mediante o pagamento duma renda tolerável ao Estado. As matas e florestas, bem como as propriedades que constituam um todo de exploração, ficam na posse das organizações locais que as adaptarão a escolas agrícolas, a explorações cooperativas, a ensaios de gestão sindical, etc.
- Garantir de assistência técnica e financeira às pequenas explorações individuais e cooperativas.
- Para acudir ao estado lamentável das estradas, pela sem boas vias de comunicação não há circulação possível das mercadorias e por consequência subleto o impedimento da maior produção, far-se-ha o levantamento de classes, especialmente destinado a resolver esse problema.
- As empresas ferroviárias, os transportes marítimos de longo curso e parcialmente os transportes fluviais, e os automóveis serão organizados em trustes do Estado.
- O comércio externo constituir-se-ha em monopólio do Estado se não for mais conveniente e oportuno uma organização de cartels com participação e controlo do Estado.
- As indústrias bancária, do seguro e da moagem serão imediatamente nacionalizadas e para os outros ramos da grande indústria far-se-ha a concentração e nacionalização progressiva. Toda a produção fica sujeita ao controlo do Estado.

O problema do abastecimento

Sabe-se que Portugal é um país deficitário não só em alimentício — importamos quantidades consideráveis de trigo, milho, arroz, batata, açúcar, bacalhão, etc. — mas também em matérias primas para as indústrias e manufacturas diversas, sobretudo máquinas.

O nosso deficit da balança comercial exprime-se por mais de 300.000 contos anuais. A vida portuguesa tornar-se-ha extremamente difícil sem um comércio externo regular. Mas, desde que se não toque nos haveres dos subditos estrangeiros, desde que se garanta o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa, temos o direito de supor que não serão interrompidas as nossas relações do comércio externo.

O problema internacional

Já o dissemos. Respeitando-se os haveres dos subditos estrangeiros e garantindo os encargos da dívida externa não haverá razão jurídica para uma intervenção estrangeira. E se ela se der? Sugerir-nos-hemos as consequências. Esta intervenção pode considerar-se provável mas é demais considerá-la como certa. De resto, a Europa tem bastante com que se entreter e a insegurança é o problema da ordem do dia em todos os países. Basta olhar a Espanha e a Inglaterra, que são os países que mais facilmente podem intervir.

A República dos Operários e Camponeses da Portugal acuta e defende o principio dos povos disporem livremente dos seus destinos, escolhendo a forma de governo que lhes aprouver. A República dos Operários e Camponeses da Portugal integra-se na Federação Socialista das Repúblicas Soviéticas.

A Comissão Central do Partido Comunista Português (S. P. I. C.)

E logo, numa transição brusca, diz: Há um regime, um único, capaz de trazer a ordem ao país. Será o regime formado pelo próprio povo, o regime que traduzirá a política de suas aspirações: será o regime onde a riqueza social não esteja ambarcada nas mãos de meia dúzia mas na posse das agremiações profissionais e do consumo directo pelo povo.

E é talvez para fazer vingar este regime que eles tomam a atitude de cruzar os braços, deixando os outros ir para a frente. Eles não conhecem este principio de Danteo, tantas vezes confirmado: — O porer é morrer.

E depois A Batalha põe-se a fantasiar como a Ofelia do Hamlet: Nesse regime não será possível uma moagem, potencia formidável a influir no governo, a manobrá-lo, a obrigá-lo a oprimir o povo. Não será possível uma moagem, porque o trigo está distribuído, sem intermediários, pelos sindicatos de rurais ou sindicatos de produção de farinha, que por sua vez entregam estas aos sindicatos de panificadores chegando o pão às mãos do povo, sem necessidade de paratitas que o negociem. Outro tanto acontecerá com todos os outros generos.

E é o nós que estes inocentes vão dizer isto. Como se nós não nos conhecemos tão bem como eles que existem sindicatos de rurais apenas no Alentejo e Ribatejo. O centro e o norte do país e o Algarve, que aglomeram a maior parte da população, não tem sindicatos rurais. Como fazer então a produção e a distribuição pelos sindicatos? Esperar que eles so criem? E esperar pelo impossível, é deixar que os outros, os aventureiros políticos das diversas nuances, se apoderem do situação, enquanto o proletariado mer-

A ditadura militar

Depois da conservação de conhecido politico sr. Cunha Leal, e ameaça duma ditadura militar não pode já agora ser tomada como uma palavra vã, como um perigo improvável.

Elo o disse: a ditadura para Portugal há de vir travada pelas circunstâncias.

Para evitar a situação lamentável a que os politicos levaram o país, só ha um meio: é aproveitar essa força admirável que é o exercito.

Em como seriam tratados por esta ditadura militar todos os elementos de esquerda, quer republicanos, quer comunistas, quer sindicalistas, eis o não occulto tambem:

«um país como Portugal, que deixa crescer uma onda revolucionária inimiga da sociedade, precisa de empregar todos os meios para que essa onda seja exterminada».

Querem-nos mais claro? Uma frase profundamente verdadeira disse elo: — a ditadura ha de vir travada pelas circunstâncias.

Só não ficam lá os imbecis. O parlamentarismo falha. Não ha já forças humanas capazes de impedirem a sua queda.

Nós sabemos e que vai acontecer. O Partido Democratico constituirá a futuro o volta do qual se congregarão todas as forças dispostas a manter os principios da democracia burguesa e do parlamentarismo. Eles, que com o Parlamento aberto, tem feito sempre e mais desbragada das ditaduras, encerrando centros operarios, cobrando o direito de reunião e a expressão de pensamento, mantendo nas prisões os cidadãos sem culpa formada e por tempo indeterminado, aparecerão, uma vez mais, a defender os esgarçados principios da Democracia.

Mas não tem possibilidade de resistir porque as circunstâncias podem mais do que os interesses criados do que a vontade humana.

Qual é a atitude dos outros agrupamentos da esquerda?

A Batalha, o orgão da C. G. T., o porta-voz da organização operaria, espera opôr ao rigor da ditadura militar as armas poderosas de Razão e da Justiça.

As armas poderosas de Razão e da Justiça que euca de imbecis! Não ha duvida, é inútil contar com elas. Estes irão engrossar o bloco do Partido Democratico, levando-lhes, as armas poderosas de Razão e da Justiça.

E os socialistas e os radicais? Embuidos dos mesmos principios democraticos eles irão tambem para o bloco do Partido Democratico em persuasão idiota de fazer resuscitar esse cadaver que é a Democracia. E todos, todos, serão implacavelmente esmagados pela força brutal e insentível das circunstâncias.

A ditadura militar tinha de ha muito criado um ambiente favorável. Falta-lhe um homem suficientemente inteligente e audacioso para lhe servir de timoneiro. Esse homem existe e está disposto a ir até ao fim.

O que fazer? O que tentar para impedir a ditadura militar?

Não, não é ir para a luta em atitudes romanticas, como apregoa A Batalha com as armas poderosas de Razão e da Justiça, palvreado imbecil e estúpido, vazio de qualquer sentido pratico. Não é tambem deixando algumas bombas nas escadas. O que se requer é a luta de massas.

O que é preciso, desde já e sem perda de tempo, é convencer de que a ditadura da direita, a ditadura militar, só ha um remedio a opôr: é a ditadura do proletariado. O que é preciso, desde já e sem perda de tempo, é organizar a Revolução com esse objectivo.

O que é preciso desde já e sem perda de tempo, é preparar a greve geral, num entendimento directo com os sindicatos e os camaradas influentes, passando por sobre as cabeças dos bonzos que estão à frente da C. G. T. e que querem opôr aos batalhões disciplinados, da Manobra e as Cavaleiros as armas poderosas de Razão e da Justiça.

O que é preciso, desde já e sem perda de tempo, é entrar no caminho dos alijamentos dos sargentos e soldados.

O que é preciso, numa palavra, é lançar a Revolução operaria.

Esta será a situação clara e insubornável do Partido Comunista contra a ditadura militar mas tambem contra a Democracia burguesa e parlamentarista. Entre a extermínio pela ditadura militar e a Revolução com as suas incertezas, não ha que hesitar.

que tiveram os nossos camaradas russos, de março a novembro de 1917. E o manifesto era já um belo inicio de preparação.

A verdade é que nós não desejamos senão marcar a nossa posição e preparar o salto para tomar a poder politico. Os levaríamos os radicais a medidas excessivas até lhes não deixar outra alternativa que não fosse deixarem-se absorver pelos nossos objectivos ou, no caso duma recusa, teriam de cair nos processos correntes de administração e então a luta entre comunistas e radicais estalaria. Os radicais constituem um agrupamento politico isolado sem ambiente para viver. Não ha já lugar para as situações intermedias. Ou ditadura da direita ou ditadura da esquerda. Os factos comprovam-no mais depressa de que se julga esta asserção. Se os atuais agrupamentos politicos não se deslocaem para a direita ou para a esquerda, a ditadura nem por isso deixará de vir. Ditadura da direita ou da esquerda? No estado de decomposição da sociedade portuguesa tanto pódo vir uma como outra.

A não se repetir um golpe de mão, como o 10 de dezembro, que atinja os seus objectivos, nós os comunistas não temos probabilidades de vencer. Mas, se o golpe falha de novo, a ditadura da direita apressa o seu triunfo. Nós tambem temos pressa, porque quanto mais tardarmos mais difícil será a herança.

Todavia, se se operasse um facto — que possivelmente se não realiza porque os poderes cegos são os que não querem ver — o qual facto seria a unidade de esforços da C. G. T. com o P. C. P. a ditadura da direita perdia muitas probabilidades de triunfo.

Assim, não: a ditadura da direita triunfa porque são as circunstâncias que a impõem. E as circunstâncias, podem mais do que a vontade humana. A não ser que se produzam certos factos internacionais com as quais tambem contamos e que modificariam inteiramente a situação a nosso favor.

Em que Ofelia se vê forçada a ir para um convento

Em face de toda esta embrulhada politica, que al estadista as suas misérias, qual é a atitude do proletariado? Falamos, é claro, do proletariado organizado, ou melhor, das entidades e organizações que se proclamam a direito de falar em seu nome e de interpor as suas aspirações.

Tomem aqui A Batalha do dia 12. Diz um editorial: Não somos pela direita nem pela esquerda, caminhamos para a frente.

E logo na coluna ao lado explica:

Alguns jornais noticiaram com todo o ar de seriedade que elementos socialistas haviam elaborado e estavam comprometidos no movimento revolucionário que acaba de produzir-se.

Desgrazadamente, senão contasse de vossa, temos de facto a nossa atitude perante os partidos politicos e a sua acção. Os socialistas, pela sua ideologia e pela sua forma independente e muito caracteristica de agir, são indiferentes, tanto quanto possível, as convulsões de carácter politico.

Quando se verifica que os socialistas não deram nenhum passo para a frente, como o afirmam. Pararam e deixaram que os outros fossem para a frente, assim é que está certo.

Leiamos A Batalha de 13, que é impagavel de graça e de ingenuidade:

É possível que pessoas ingenuas que vem as cousas apenas superficialmente formulem esta pergunta: Que terço os socialistas que vem com a dissolução do parlamento? E não, sem deixarmos de ser anti-parlamentaristas, sem deixarmos, ao afirmar que o parlamento exerce uma acção nociva nos interesses do povo, respondermos que temos alguma coisa que ter com a dissolução do parlamento, desde que essa medida em vez de beneficiar a sociedade e a possibilidade de fazer profundamente as primeiras da liberdade, dando a um governo quer militar quer civil poderes ditatoriais mais perigosos do que os poderes ditatoriais de burguesia disfarçados pelos discursos da Câmara dos Deputados.

Que imponentes cavalgaduras! No que eles haviam de dar! Em defensoras da democracia burguesa e do parlamentarismo!

A democracia está descredenciada pelos politicos burgueses, mas estes balizaramos temo ainda em Portugal os socialistas da Calçada do Cambro a defender-lhe os esgarçados principios. Imbecis! O que ha a fazer é opôr a ditadura da esquerda a ditadura da direita.

A Batalha canta sentidamente uma aria à liberdade democratica que é de conservar as gentes.